

# Movimentos sociais contra autoritarismos locais e inseguranças estruturais: as lutas de partidos, associações e sindicatos amapaenses, entre 1944 e 1964\*

Sidney Lobato\*\*

233

**Resumo:** neste artigo, enfocamos as trajetórias de partidos, associações e sindicatos do Amapá, visando compreender a luta deles contra os grupos hegemônicos locais e contra as incertezas vividas pelos trabalhadores quanto à aquisição dos meios de sobrevivência, entre 1944 e 1964. Por meio da análise de entrevistas e de artigos de jornal, pudemos inferir que a aliança entre as entidades que representavam os trabalhadores e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi forjada a partir da formulação de uma agenda social comum. Argumentamos, também, que a imprensa trabalhista teve um papel importante na consolidação do processo de aproximação entre as organizações que faziam oposição à classe dirigente amapaense.

**Palavras-chave:** partidos; sindicatos; insegurança estrutural.

**Abstract:** in this article, we focus on the trajectories of parties, unions and associations, in order to understand their struggles against the hegemonic local groups and the very issue of living insecurity for workers, in the state of Amapá, between 1944 and 1964. Based on the analysis of interviews and journal articles, we inferred that the making of a social agenda was a crucial factor in the alliance between workers and the Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Moreover, we argue that «laborite press» had an important role in the approximation between the organizations that formed the political opposition to the Amapá's ruling class.

**Keywords:** parties; unions; structural insecurity.

\* Este artigo originou-se de uma parte da tese de doutorado *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*, elaborada sob a orientação da Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias e defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP), em 2013. Agradecemos as sugestões de Aldrin Castellucci para o aprimoramento deste texto.

\*\* Professor de História da Amazônia na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atualmente realiza estágio de pós-doutorado em História na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess-Paris), com bolsa da Capes.

Na década de 1940, áreas de fronteira contestadas durante longo tempo preocupavam os representantes do Estado Novo. Era o caso das terras entre os rios Oiapoque e Amazonas, que foram disputadas, diplomática e militarmente, por franceses e brasileiros no curso de décadas e décadas. Atento aos riscos gerados pela Segunda Guerra Mundial, o governo de Getúlio Vargas criou, em 1943, os novos territórios federais, e dentre eles o do Amapá. Uma vez criado o Território Federal do Amapá, era necessário escolher o seu governador. Como no caso dos interventores estaduais, a decisão cabia ao presidente da República. Dois capitães do Exército foram indicados: Emanuel de Almeida Moraes e Janary Gentil Nunes. Este último, por sua experiência e reconhecida atuação no Norte, foi o escolhido por Vargas.<sup>1</sup> No dia 25 de janeiro de 1944, num avião da Força Aérea Brasileira, Janary chegou a Macapá, onde aconteceu a cerimônia de instalação do governo territorial.

Cedo, a intransigência do primeiro governador do Amapá se fez notar. Quando andava pelas ruas da capital amapaense, a cidade de Macapá, Janary Nunes mostrava-se sisudo e exigia de todos a sua volta a mesma atitude. Ao passar, esperava que os moradores parassem seus afazeres para saudá-lo. Quando ele entrava no cinema, desejava que toda a plateia se levantasse, em sinal de respeito. Durante uma de suas andanças pelo então recém-criado bairro macapaense chamado de Lagunho, o governador ouviu risos e falatórios que vinham do interior da casa de Josefa Lina da Silva. Tratava-se de uma brincadeira motivada pela queda do chapéu de um dos trabalhadores que tinham vindo da vila do Curiaú para trabalhar na abertura de um roçado. Janary não gostou e bateu na janela. Josefa veio atender e disse: “O senhor deseja alguma coisa?”. Janary então ordenou que todos os homens que estivessem dentro da casa saíssem, para serem punidos. Todos eles saíram, sob os protestos da anfitriã. Ela ressaltou que eles não tinham visto o governador e que por isso não haviam demonstrado respeito, silenciando a algazarra. Detidos, os convivas de Josefa foram forçados a trabalhar na reforma do trapiche da cidade.<sup>2</sup>

Como militar, Janary tinha um forte senso de hierarquia – ao que se pode acrescentar uma rigorosa expectativa de obediência sem contestações. Ao transferir para a vida civil esses princípios militares, Gentil Nunes deu ao seu governo um perfil autoritário. Aqueles que questionavam suas diretrizes e ordens estavam sujeitos a uma série de sanções e perseguições. A intransigência e a intolerância desse governante se fez notar em diversos momentos. Aliás, esta intolerância levou alguns de seus apoiadores a irem compor com a oposição. Em entrevista, Arlindo Silva de Oliveira relatou que “Janary era muito austero” e que por isso “ele arrumou um monte de inimigos”.<sup>3</sup> Amaury Guimarães Farias

1 Gentil Nunes nasceu em 1912, no município de Alenquer, no Pará. Em 1930, aos 18 anos, ingressou na Escola Militar do Realengo, no Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro). Entre 1936 e 1937, serviu no pelotão de Clevelândia do Norte. No ano de 1938, foi para Curitiba, no Paraná, para cursar instrução no Centro de Transmissão da 5ª Região Militar – no qual foi primeiro colocado. Neste mesmo ano, publicou o livro *Bandeira do Brasil*. Tornou-se diretor técnico da Federação de Escoteiros do Paraná e Santa Catarina, região que na época era alvo da campanha de nacionalização das colônias de imigrantes, principalmente alemães. Em 1939, Janary Nunes foi secretário e relator da Comissão Interministerial do Exército, Marinha, Justiça e Educação, quando colaborou na elaboração do Decreto-Lei 43.545 (de 31 de julho de 1940), que regulamentou o culto aos símbolos nacionais. Janary assumiu em 1940 o comando do Pelotão do Oiapoque. Em 1942, foi indicado para liderar a 1ª Companhia Independente de Metralhadoras Antiaéreas, responsável pela defesa da Base Aérea de Belém, durante a Segunda Guerra Mundial. E, em 27 de dezembro de 1943, foi nomeado governador do Território Federal do Amapá (ver: BENEVIDES, Marijeso de Alencar. *Os novos territórios federais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 75-76).

2 Entrevista com Josefa Lina da Silva. Entrevista realizada no dia 13 de fevereiro de 2008, na residência da entrevistada.

3 Arlindo Silva de Oliveira. Entrevista realizada no dia 13 de outubro de 2006, na residência do entrevistado.

(que foi assessor técnico do gabinete governamental e que depois passou a compor o movimento oposicionista) assim descreveu a intolerância política desse governante: “Se alguém quisesse divergir das ideias do governo, esse alguém seria uma *persona non grata*”. E completou: “O professor Paulo de Tarso, prefaciador do livro, *Meus momentos políticos* [...], diz que naquela época, ser oposição, era uma decisão muito perigosa, pois se vivia isolado e aqui no Amapá só tinham dois empregadores: o governo e o governo”.<sup>4</sup>

Não obstante o desejo de impor uma unânime aceitação de seus desígnios, Janary deparou-se permanentemente com movimentos de oposição. Com o tempo, foi obrigado a ceder e a reconhecer que só conseguiria permanecer no poder se firmasse diversas alianças, até mesmo com velhos adversários. Os governadores que ele indicou nem sempre tiveram essa sensibilidade e frequentemente acirraram polarizações latentes, em torno das quais os grupos e movimentos sociais de Macapá posicionavam-se. Neste artigo analisaremos a formação de um amplo arco de forças sociais que passou a combater os grupos hegemônicos da capital do Amapá, enfocando os percalços vividos por partidos (especialmente o dos trabalhistas), associações e sindicatos ao longo dos seus embates com os janaristas e de suas pelejas pelo atendimento das demandas e aspirações dos trabalhadores amapaenses.

Desde o início do seu governo, Janary Nunes estabeleceu alianças com membros dos grupos mais ricos, como latifundiários e grandes comerciantes. Porém, como ressaltamos, ele desejava que todas as classes da sociedade amapaense apoiassem as suas decisões. Em 1946, ficou muito desapontado ao perceber que alguns eleitores não votaram no candidato a presidência da República de sua preferência: Eurico Gaspar Dutra. Procurou, então, identificar os que haviam votado nos outros candidatos – Eduardo Gomes (UDN) e Yedo Fiuza (PCB) – e passou a persegui-los sistematicamente. Tais perseguições muitas vezes culminaram em demissões. No âmbito do serviço público territorial, Janary possuía amplos poderes para admitir e demitir quem quisesse. Mas, devido à relação clientelista que estabelecia com as várias frações da classe dominante local, frequentemente obtinha sucesso ao solicitar exonerações na esfera privada. Portanto, todos que ousavam lhe fazer oposição, sabiam que corriam o sério risco de perder as bases de sustentação de suas famílias.

No livro *Folhas soltas do meu alfarrábio*, Alfredo Távora Gonsalves nos apresenta suas reminiscências acerca do trabalho de organização da resistência às práticas autoritárias dos grupos hegemônicos locais, entre 1946 e 1964. Fundador do diretório do Partido Trabalhista Brasileiro no Amapá (PTB-AP), Távora Gonsalves foi uma das principais lideranças da oposição ao janarismo e um incansável difusor dos ideais trabalhistas no Território. Proprietário de um seringal no vale do rio Araguari e, depois, funcionário da Companhia Telefônica Brasileira (empresa canadense, onde permaneceu até 1950), Alfredo manteve, inicialmente, bom relacionamento com o primeiro governador do Amapá. Chegou a jantar com este na residência governamental, ocasião em que Janary lhe pediu “que quando tivesse notícia de qualquer irregularidade de seus auxiliares o avisasse, porque ‘nem sempre o governo tem conhecimento do que se passa’”.<sup>5</sup> Estas palavras ficaram gravadas na memória do jovem seringalista.

A cordialidade entre Janary Nunes e Alfredo Távora Gonsalves teve fim

4 Amaury Guimarães Farias. Entrevista realizada no dia 13 de outubro de 2006, na residência do entrevistado.

5 GONSALVES, Alfredo Távora. *Folhas soltas do meu alfarrábio: um livro para meus filhos*. Brasília: Gravo Papers, 2010, p. 41.

quando eles se desentenderam em torno de uma decisão tomada pelo chefe da Divisão de Segurança e Guarda, o capitão Humberto Pinheiro Vasconcelos, no início de 1946. Neste ano começou o processo de desativação da base aérea norte-americana do município de Amapá.<sup>6</sup> Pouco antes de deixarem a base, os soldados estadunidenses distribuíram entre trabalhadores locais coisas que não queriam levar consigo – rolos de arame farpado, motor de popa, ferramentas etc. Logo depois esses produtos foram trocados por mercadorias nas casas comerciais ali existentes. Pinheiro Vasconcelos deu voz de prisão a tais comerciantes, por entender que haviam praticado o crime de receptação de furto. Transferidos para Macapá, esses membros de poderosas famílias do município de Amapá foram forçados a capinar os logradouros públicos da capital. Assim que tomou conhecimento destes fatos, Alfredo notificou Gentil Nunes, primeiro por telegrama e depois pessoalmente.

Mas, diferentemente do que o seringalista imaginava, Janary manifestou-se favorável às ações de Pinheiro Vasconcelos. A resposta do governador foi dada por meio de um telegrama: “Recebi sua carta, se não está satisfeito venha fazer política no Amapá”.<sup>7</sup> O desafio foi aceito e, com a ajuda de Claudomiro de Moraes (capataz da Capitania dos Portos de Macapá), Távora Gonsalves fundou o PTB do Amapá. A respeito dos membros deste partido, Alfredo nos disse em entrevista: “Era gente humilde, que tinha a consciência de que tinham direito a poder se expressar livremente. A pessoa mais importante que o partido tinha naquela época em Macapá era o capataz da Capitania dos Portos, e o resto era pequenos comerciantes e o povo em geral”.<sup>8</sup> Os petebistas tentavam se apropriar do prestígio de Getúlio Vargas, fundador do partido e criador dos territórios federais. Eles opunham-se frontalmente aos próceres do Partido Social Democrático (PSD). Em geral, os pessedistas eram membros das “classes conservadoras”: fazendeiros, grandes comerciantes e altos funcionários públicos.<sup>9</sup> Entretanto, não havia uma perfeita congruência entre classes sociais (dominante e dominada) e partidos políticos (PSD e PTB). Estes partidos representavam de forma mais exata a divisão entre grupos hegemônicos e contra-hegemônicos (janaristas e antijanaristas) da sociedade amapaense.<sup>10</sup>

Ambos partidos possuíam estratégias para motivar o apoio dos trabalhadores para as suas causas. O PSD, durante quase todo o período aqui estudado, teve o controle das agências governamentais. Estas atendiam com mais frequência e presteza as comunidades adesistas, pondo em evidência a lógica clientelista que regia a tecnoestrutura estatal.<sup>11</sup> Portanto, o alinhamento com o janarismo para muitos trabalhadores era parte do rol de táticas de enfrentamento da insegurança estrutural (a incerteza acerca da obtenção dos meios necessários à sobrevivência).<sup>12</sup> O PTB possuía em seus quadros pessoas com grande poder de mobilização social. Compunham as fileiras petebistas várias lideranças sindicais – que apresentaremos adiante – e o advogado Dalton Cordeiro Lima, que se notabilizou por defender

6 BARRETO, Cassilda. *Pássaros máquinas no céu do Amapá*. Brasília: Da autora, 2000.

7 BARRETO. *Pássaros máquinas no céu do Amapá*, p. 42.

8 Alfredo Távora Gonsalves. Entrevista realizada no dia 5 de novembro de 2011, na residência do entrevistado.

9 Ver: PSD de Macapá – reunião do diretório. *Amapá*. Macapá: 24 jan. 1948, p. 5; e A empolgante convenção regional do PSD, Seção Amapá. *Amapá*. Macapá: 19 jan. 1952, p. 1.

10 Linha altaneira e democrática de conduta. *Amapá*. Macapá: 13 set. 1954, p. 7.

11 SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo — 1943-1970*. 2. ed. Belém: Grafnorte, 2006, p. 32.

12 SAVAGE, Mike. “Classe e história do trabalho”. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 33.

diversas causas de servidores públicos e, principalmente, de operários da Indústria e Comércio de Minérios (Icomi).

O ano de 1958 abriu uma nova fase na história do PTB amapaense. A leitura da crônica política nos indica que até aquele momento os petebistas do Amapá estiveram fundamentalmente preocupados em combater o autoritarismo janarista, que se consubstanciava na imposição de uma dócil subserviência aos ditames governamentais e na implacável perseguição aos insubmissos. No final da década de 1950, o diretório local do PTB voltou-se decisivamente para a defesa dos interesses de parte significativa do conjunto dos trabalhadores. Os líderes do partido estabeleceram então uma relação mais orgânica com os grupos subalternos. Para tanto, obtiveram adesões importantes. Por exemplo, o advogado Dalton Cordeiro Lima tornou-se um líder petebista notável. Dalton era muito prestigiado pelo operariado da Icomi, que contava com ele para a defesa de suas causas trabalhistas. Outro exemplo: quando se juntou à hoste petebista (em 1958), Deusolina Sales Farias levou consigo a condição de admirada presidente da Associação dos Professores Primários. Por fim, a adesão de vários dirigentes sindicais fazia com que a influência de tal partido adquirisse uma capilaridade social muito mais abrangente do que antes tinha.

É importante ressaltar que a aproximação entre petebistas e classe trabalhadora ocorreu numa via (política) de mão dupla. Ao longo da década de 1950, ocorreu um amplo processo de organização dos trabalhadores amapaenses em associações e sindicatos. Desde o início de seu governo, Janary Nunes tentou estabelecer uma relação paternalista com a classe trabalhadora, esperando desta uma atitude de agradecida colaboradora. No final de 1946, o articulista do jornal Amapá escrevia: “O proletariado do Território não tem razão de queixa contra o governo territorial que, reconhecendo-lhe a eficiente coadjuvação prestada desde os primeiros dias de sua instalação, sempre o amparou e assegurou-lhe os direitos prescritos pela legislação trabalhista”. Para dar sustentação a esta retórica, o governador abriu um canal de diálogo direto com o operariado. Por seu lado, os trabalhadores utilizaram a lógica paternalista em proveito próprio, ou em prol de suas necessidades e aspirações: “O governador recebe quatro vezes por semana, em seu próprio gabinete, qualquer operário, não se preocupando com seu traje tendo em mira unicamente ouvir seus apelos, suas queixas ou reclamações”.<sup>13</sup> Foi dentro desta lógica – ou seja, tendo Janary como patrono – que as primeiras associações classistas apareceram no Amapá.

Nos primeiros anos da década de 1950, surgiram algumas associações: Associação dos Professores Primários do Amapá (1952)<sup>14</sup>; Sociedade Beneficente Operária do Amapá (1952)<sup>15</sup>; União Beneficente dos Motoristas do Amapá, a UBMA (1953)<sup>16</sup>; e Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Olaria do Território Federal do Amapá (1953). Mas, foi da segunda metade da referida década em diante que mais rapidamente se proliferaram entidades de representação de categorias profissionais, tais como: União Beneficente e Recreativa “Tamandaré” (1956), que congregava os marítimos do Serviço de Navegação do Amapá (SERTTA)<sup>17</sup>; União Beneficente e Recreativa dos Açougueiros e Marchantes do Amapá (1958)<sup>18</sup>; Associação Profissional dos Trabalhadores em Oficinas Mecânicas

13 Paz, trabalho e liberdade. *Amapá*, Macapá, 14 dez. 1946, p. 2.

14 Os professores do Território fundaram a sua Associação. *Amapá*, Macapá, 23 fev. 1952, p. 2.

15 Sociedade Beneficente Operária do Amapá – Estatutos. *Amapá*, Macapá, 1 mar. 1952, p. 3.

16 Estatuto da União Beneficente dos Motoristas do Amapá. *Amapá*, Macapá, 3 jan. 1953, p. 5.

17 Assistência aos marítimos da SERTTA. *Amapá*, Macapá, 14 out. 1956, p. 4.

18 Fundada mais uma associação de classe nesta capital. *Amapá*, Macapá, 16 jan. 1958, p. 1.

do Amapá (1958); Associação Profissional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais do Território do Amapá (1958)<sup>19</sup>; Associação Profissional dos Motoristas do Amapá (1958)<sup>20</sup>; Associação Profissional de Comércio Feirante Varejista de Macapá (1962)<sup>21</sup>; Associação Profissional dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Território Federal do Amapá (1962); Teatro de Amadores do Amapá (1963)<sup>22</sup>; Associação Profissional dos Empregados em Estabelecimentos Bancários (1963)<sup>23</sup>; e Associação Profissional das Indústrias de Alimentação (1957).<sup>24</sup>

A classe dirigente territorial permanentemente tentava manter dentro de seu campo de influência essas associações e difundir um discurso que apontava para a necessidade de cooperação entre trabalhadores, patrões e governo. Não raramente, aquela classe apresentava-se como grande apoiadora da formação de novas associações e sindicatos. Por exemplo, no final de 1953, na cerimônia de fundação da Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Olaria do Território Federal do Amapá, Janary Nunes aconselhou “o trabalhador amapaense a se organizar em associações de classe” e prometeu criar a Casa do Trabalhador Amapaense.<sup>25</sup> No início de 1957, o jornal Amapá publicava a seguinte matéria de capa: “Coaracy Nunes no parlamento: ‘Os trabalhadores dos territórios devem se congregarem nos seus sindicatos’”. Neste texto lemos que o deputado (e irmão do governador) defendera na Câmara Federal que a criação de delegacias do Ministério do Trabalho nos territórios federais iria possibilitar que neles aparecessem sindicatos.<sup>26</sup> Uma semana depois, o articulista Gilberto Danin comentava, no mesmo jornal, que o grito de “avante” para os trabalhadores amapaenses formarem seus sindicatos “partiu justamente de onde muita gente não esperava: do deputado federal Coaracy Gentil Nunes”. E adiante afirmou: “É claro que os que assim pensavam, estão a essa hora em situação um pouco cômoda”. Muito provavelmente, Danin estava se referindo aos membros do PTB do Amapá, partido que vinha – em âmbito nacional e desde 1945 – se apresentando como genuíno porta-voz dos sindicatos.<sup>27</sup>

Em janeiro de 1958, Coaracy Nunes morreu – juntamente com seu suplente Hildemar Maia e com o piloto Amilton Silva – em um acidente de avião, na localidade de Macacoari (interior do Território). Amilcar da Silva Pereira deixou então o cargo de governador para concorrer ao pleito que definiria o novo deputado federal do Amapá. Ele foi substituído por Pauxy Gentil Nunes, irmão de Janary e Coaracy. Pauxy havia sido representante do governo na capital do Brasil (Rio de Janeiro) e Secretário Geral de Amilcar. O novo governador deu continuidade às iniciativas do irmão falecido para criar condições favoráveis à formação de sindicatos. Em reunião com o presidente da Câmara Federal, Ulisses Guimarães, ocorrida no mês de março de 1958, ele tratou, dentre outros temas, da criação dos sindicatos: dos marítimos, dos estivadores, dos operários das indústrias de alimentos e dos trabalhadores

19 Já registrada a Associação dos Marítimos. *Amapá*, Macapá, 5 abr. 1958, p. 4.

20 Criada a Associação Profissional dos Motoristas. *Amapá*, Macapá, 25 maio 1958, p. 4.

21 Estatuto da Associação Profissional de Comércio Feirante Varejista de Macapá. *Amapá*, Macapá, 30 jun. 1962, p. 5.

22 Será empossada hoje a diretoria do Teatro de Amadores do Amapá. *Amapá*, Macapá, 15 maio 1963, p. 4.

23 Associação Profissional dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do T.F.A. *Amapá*, Macapá, 2 out. 1963, p. 4.

24 Instalada nesta capital nova associação classista: os trabalhadores na indústria de alimentação têm sua entidade — empossada primeira diretoria. *Amapá*, Macapá, 28 nov. 1957, p. 1.

25 Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Olaria do Território Federal do Amapá. *Amapá*, Macapá, 31 dez. 1953, p. 6.

26 Coaracy Nunes no parlamento: “Os trabalhadores dos territórios devem se congregarem nos seus sindicatos”. *Amapá*, Macapá, 10 fev. 1957, p. 1.

27 Coluna livre: sindicato de trabalhadores. *Amapá*, Macapá, 17 fev. 1957, p. 4.

da construção civil.<sup>28</sup> No mês seguinte, o superintendente dos serviços industriais do Amapá reuniu-se com membros da Associação dos Marítimos e ouviu vários oradores hipotecarem irrestrita solidariedade ao chefe do executivo amapaense.<sup>29</sup> Em junho desse mesmo ano, quando foi fundada a Associação Profissional dos Trabalhadores em Oficinas Mecânicas, o jornal *Amapá* fez questão de destacar: “A criação de mais este órgão classista partiu de uma iniciativa do governador Pauxy Gentil Nunes, que assim dá prosseguimento ao seu magnífico programa de assistência ao trabalhador amapaense”.<sup>30</sup>

A Associação Profissional dos Trabalhadores em Oficinas Mecânicas era formada por mecânicos do governo territorial, da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e da Icomi, que iniciara a exportação do manganês amapaense em 1957.<sup>31</sup> As atividades dessas duas grandes empresas fizeram com que o número de trabalhadores especializados do Amapá fosse enormemente ampliado. Em 1958, a CEA possuía cerca de 500 operários, concentrados, sobretudo, na construção da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes (na cachoeira do Paredão, na região central do Território). A Icomi possuía quase 1.500 operários empregados e mais algumas centenas de trabalhadores contratados. Predominava, em meados do século XX, o entendimento jurídico de que os funcionários públicos não poderiam criar entidades sindicais, pois estas eram exclusivamente destinadas aos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Por isso, o aparecimento de muitos sindicatos amapaenses foi um desdobramento da multiplicação dos celetistas no interior de empresas como Icomi e CEA. Para manter sua hegemonia dentro desse novo contexto, os janaristas anteciparam-se às categorias profissionais, criando organizações sindicais tuteladas pelo governo. Porém, desde o início de suas existências, essas entidades foram espaços de disputas entre situação e oposição. E, muitas vezes, esta saiu vitoriosa.

Primeiro eram criadas as associações classistas e, em seguida, estas buscavam os meios para se transformar em sindicato – o que culminava com o recebimento da “carta sindical”, concedida pelo Ministério do Trabalho.<sup>32</sup> No ano de 1957, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Minérios do Amapá.<sup>33</sup> Estiveram presentes na cerimônia de fundação o governador Amílcar Pereira, o bispo prelado de Macapá, D. Piróvano, representantes da diretoria da Icomi e trabalhadores. O articulista do jornal *Amapá* definiu a reunião como sendo uma “magnífica demonstração do alto espírito de comunidade que preside a família amapaense”.<sup>34</sup> Em 1958, surgiram o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria

28 Criação de novos sindicatos no Amapá. *Amapá*, Macapá, 13 mar. 1958, p. 1.

29 A Associação dos Marítimos, hipoteca solidariedade ao governador Pauxy Gentil Nunes. *Amapá*, Macapá, 27 abr. 1958, p. 1.

30 Surge nova associação classista no Amapá. *Amapá*, Macapá, 22 jun. 1958, p. 4.

31 PAZ, Adalberto. *Os mineiros da floresta: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica*. Belém: Paka-Tatu, 2014.

32 Criada a Associação Profissional dos Motoristas: dado o primeiro passo para a fundação do sindicato da classe – presidiu a reunião o governador Pauxy Gentil Nunes – apoio da administração amapaense à iniciativa. *Amapá*, Macapá, 25 maio 1958, p. 4. Ver também: Surge mais um sindicato no Amapá: dia primeiro de junho [dia do aniversário de Janary] a entrega oficial da carta do STTMFA. *Amapá*, Macapá, 25 maio 1958, p. 4.

33 Erroneamente, este sindicato foi rotulado como o primeiro do Amapá (ver: Fundado o primeiro sindicato de trabalhadores no Amapá. *Amapá*, Macapá, 13 set. 1957, p. 10; e Primeiro sindicato de trabalhadores do Amapá já vai construir sua sede. *Amapá*, Macapá, 6 out. e 1957, p. 4). Aparentemente, este rótulo servia para reforçar a ideia de que o governo era, então, o inaugurador exclusivo de uma nova fase da história dos trabalhadores do Amapá. Mas, em 1951 fora fundado em Macapá o Sindicato dos Empregados em Construções Cívicas e Cerâmica (Foi fundado em Macapá o Sindicato dos Empregados em Construções Cívicas e Cerâmica: aclamada sua diretoria provisória – em elaboração os estatutos. *Amapá*, Macapá, 7 jul. 1951, p. 6).

34 Entregue a carta sindical aos trabalhadores na indústria de minérios do Território do Amapá. *Amapá*, Macapá, 22 ago. 1957, p. 1.

de Olaria do Território Federal do Amapá<sup>35</sup> e o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais do Território do Amapá.<sup>36</sup> Nos anos seguintes, vários outros sindicatos foram criados, tais como: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estivas de Minério, Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serraria e Móveis de Madeiras, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas, Sindicato dos Empregados do Comércio e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil. Foi criada também a Juventude Operária Católica, a JOC (que reunia diferentes categorias profissionais).

Organizações religiosas, associações e entidades sindicais promoviam momentos de discussão sobre os problemas enfrentados pelos trabalhadores. Não raramente, encetavam ações que objetivavam atacá-los. Em abril de 1961, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil foi à localidade de Paredão a fim de colher material para formular um relatório sobre as condições de trabalho dos construtores da hidrelétrica Coaracy Nunes. Esse relatório seria entregue ao diretor da CEA, juntamente com um pedido de melhorias nas referidas condições<sup>37</sup>. Em julho de 1962, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil criou a Agência Sindical de Empregos para assistir “os interessados na obtenção de colocação”. Em geral, pedreiros, carpinteiros, ferreiros e outros obreiros trabalhavam com contratos temporários (por empreitada), recebendo como diaristas. Isto gerava uma situação grande insegurança para esses obreiros, diferenciando-os dos assalariados (mensalistas) regulares. Desse modo, a Agência Sindical de Empregos era mais necessária para os operários da construção civil do que para muitas outras categorias.<sup>38</sup> Em outubro do mesmo ano, o Sindicato dos Empregados do Comércio obtinha uma importante conquista: a instituição da semana inglesa para os empregados do comércio macapaense.<sup>39</sup>

Mas, as entidades que representavam a classe trabalhadora não atuavam apenas em torno de problemas adstritos ao mundo do trabalho. No final do Primeiro Congresso do Jovem Trabalhador, realizado pela JOC em setembro de 1961, foi produzido o Manifesto às Autoridades e ao Povo Amapaense. Nesse documento, os congressistas apresentaram aquilo que consideravam ser o apanhado dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores amapaenses. Problemas como: a exploração do trabalho infantil, o tamanho abusivo da jornada de trabalho, a quantidade insuficiente de escolas, o *deficit* habitacional, a falta de saneamento básico e assistência hospitalar “à classe pobre”, bem como a precariedade dos espaços de esporte e lazer. A JOC criou, portanto, uma agenda para as reivindicações.<sup>40</sup> Tal agenda extrapolava as dificuldades vivenciadas no espaço do trabalho e reforçava nos trabalhadores a consciência de classe e o senso de cidadania.

35 Ver: Será organizado o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cerâmica. *Amapá*, Macapá, 15 maio 1958, p. 1; e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Olaria do Território Federal do Amapá. *Amapá*, Macapá, 29 maio 1958, p. 2

36 Hoje, a entrega da carta sindical aos trabalhadores marítimos. *Amapá*, Macapá, 1 jun. 1958, p. 4.

37 Notícias [da seção: Coluna Sindical]. *A voz católica*, Macapá, 9 abr. 1976, p. 4.

38 Agência Sindical de Empregos. *Amapá*, Macapá, 21 jul. 1962, p. 5.

39 Comerciantes de Macapá têm semana inglesa. *Amapá*, Macapá, 6 out. 1962, p. 1. Com a adoção da *semana inglesa*, aos sábados os comerciantes passaram a trabalhar somente pela manhã (das 8 às 12 horas).

40 A Igreja Católica pretendia orientar (e, se possível, conduzir) os movimentos reivindicatórios de modo que os trabalhadores não aderissem ao comunismo. No manifesto, a JOC sugeria a “orientação dos trabalhadores no estudo de seus problemas e reivindicações sociais, para não serem vítimas das falsas ideologias marxistas” (Manifesto às Autoridades e ao Povo Amapaense da Juventude Operária Católica – Federação de Macapá. *A voz católica*, Macapá, 10 set. 1961, p. 3).

Uma das questões que frequentemente suscitaram reivindicações dos sindicatos amapaenses era a disparidade entre custo de vida e poder de compra dos trabalhadores. Em janeiro de 1960, diante da rápida escalada da inflação, o governador Pauxy Gentil Nunes recebeu um memorial assinado por vários presidentes de sindicatos. Eram eles: Jorge Fernandes Ribeiro (representante dos panificadores), Israel Marques Sozinho (dos marítimos), Tito Amanajás (dos comerciários), Osmar Nascimento (dos marceneiros), Alcemir França (trabalhadores da construção civil), Raimundo Pereira Duarte (estivadores), Raimundo Araújo (motoristas) e José Maria Mota (oleiros). O memorial propunha um aumento de preço diferenciado (menor) para a chamada carne de segunda, que – assim como as vísceras – era consumida principalmente pelos trabalhadores.<sup>41</sup> Em 7 de fevereiro daquele ano, o jornal *Amapá* noticiou que, em reunião com o governador do Amapá, o representante das Fazendas Uberaba S/A (empresa fornecedora contratada pelo governo territorial) comprometera-se a manter congelado, até o mês de junho, o preço da carne verde bovina. Prontificou-se também “a estudar, juntamente com a COAP (Comissão de Abastecimento e Preços), as reivindicações feitas por várias entidades de empregados e empregadores”. Este estudo visaria achar uma fórmula que permitisse “a baixa do preço da carne classificada como de segunda categoria para atender às classes mais necessitadas”.<sup>42</sup>

O que ocorreu no Amapá não coincide com a tese de Maria Celina D’Araújo, que afirma: “Em toda sua trajetória, o PTB procurou com sucesso o suporte sindical para suas posições políticas. Mas essa sustentação só era forte porque os sindicatos estavam amparados pelo partido e pelo Estado, e não porque tivessem desenvolvido uma agenda própria”.<sup>43</sup> Constatamos que, em Macapá, os sindicatos tinham relativa autonomia e uma agenda própria. Vimos que muitas entidades surgiram com o franco apoio do governo pessedista. Mas, os sindicalistas eram assediados tanto pelos próceres do PSD quanto pelos do PTB. Não obstante ser este segundo um partido de oposição em quase todo o período aqui estudado, ele conseguiu forjar alianças com alguns dos mais fortes sindicatos amapaenses. Como ressaltamos antes, alinhar-se com a oposição tinha custos altos em face de um governo que concentrava muitos poderes. Foi a existência de uma agenda comum que permitiu a formação das referidas alianças. Através destas, o PTB dilatou bastante suas bases eleitorais. Por outro lado, unindo-se aos petebistas, os trabalhadores sindicalizados conseguiram dar maior visibilidade às suas reivindicações.

A imprensa petebista teve um papel fundamental na consolidação da agenda comum dos grupos de oposição ao janarismo. Através dela, trabalhadores e trabalhadoras podiam criar um debate ampliado em torno dos seus problemas cotidianos. Em março de 1959, os petebistas lançaram o primeiro número do jornal *O Combatente*, que trazia como matéria de capa: “Clima de insegurança no Amapá”. Esse texto denunciava as perseguições que o governador Pauxy Nunes vinha realizando contra a oposição – o que, segundo o artigo, incluía: demissões, incriminações e prisões.<sup>44</sup> O jornal definia, assim, a quem combateria. *O Combatente* surgiu no momento em que o PTB se fortalecia nacionalmente, sob a liderança de João Goulart, então vice-presidente do Brasil. Era igualmente o momento do aparecimento, no interior desse partido, de uma vigorosa ala radical, encabeçada

41 Os sindicatos pleiteiam reajustamento nos preços da carne verde. *Amapá*, Macapá, 31 jan. 1960, p. 1.

42 O governador trata do problema do abastecimento da carne verde. *Amapá*, Macapá, 7 fev. 1960, p. 1.

43 D’ARAÚJO, Maria Celina. “Partidos Trabalhistas no Brasil: reflexões atuais”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v. 3, n. 6, 1990, p. 200.

44 Clima de insegurança no Amapá. *O Combatente*, Macapá, 6 mar. 1959, p. 1.

por Leonel Brizola. Nos primeiros anos de suas existências, PSD e PTB percebiam-se como potenciais aliados na defesa dos ideais varguistas, apesar de suas diferentes composições, como sugeria o ditado popular: “O PTB era o PSD de macacão e o PSD o PTB de casaca”. No final da década de 1950 e início da de 1960, o PTB aproximou-se do PCB (antigo adversário), com o qual passou a defender a reforma agrária. A esta se opôs o PSD, cuja origem oligárquica favoreceu seu alinhamento com a UDN.<sup>45</sup>

O jornal *O Combatente* apareceu igualmente em um cenário político de ampliação das bases de apoio do PTB no Amapá. A adesão trouxe um custo pessoal alto para vários dos seus novos membros. O oficial do gabinete governamental Amaury Farias, por exemplo, foi convidado, em 1958, para compor a chapa que esse partido apresentaria na eleição para deputado federal, figurando como suplente de Dalton Lima. O governador Pauxy Nunes, logo que tomou conhecimento de que seu assessor havia estado numa reunião com os petebistas, o demitiu sem aviso prévio. Nas palavras de Amaury: “Quando cheguei à minha repartição, não tinha nem cadeira para sentar. Então o governador daquela época deveria ter me chamado para que confirmasse a decisão de aceitar o convite feito pelo PTB. Aí mostra o que era aquele sistema social”.<sup>46</sup> Naquela eleição, apesar de derrotados pela chapa pessedista, os petebistas viram na pequena margem de diferença de votos um claro sinal de seu fortalecimento. Neste atinente, afirmou Amaury Farias: “Sempre vinha a cobrança de nossos seguidores de como íamos fazer para sustentar a chama da oposição, acesa que foi, com as eleições de 1958, quando ficou demonstrado que o senhor feudal [Janary Nunes] não tinha mais aquele poder absoluto sobre grande parte da população”.<sup>47</sup> Isto posto, pode-se afirmar que a criação de *O Combatente* foi uma estratégia para oxigenar o debate acerca dos problemas existentes no Amapá e para “sustentar a chama da oposição”.

Um dos temas que mais ganharam destaque no jornal *O Combatente* foi o movimento sindical. No primeiro número deste periódico, vemos a seção Coluna sindicalista, com artigo de Altino Naseaseno dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas e membro do PTB. Nesse texto, lemos: “Como é do conhecimento do nosso público, o movimento sindicalista em Macapá ganha dia a dia maiores proporções, se avultando no meio das classes trabalhadoras de nossa terra”. E adiante: “[...] divulgaremos, permanentemente, nesta página desta folha, qualquer nota que nos chegue às mãos, oriunda de dirigentes sindicais ou sindicalistas, com esclarecimento e instruções que possam orientar e avivar a memória dos trabalhadores”. Assim, a aliança PTB-sindicatos era reforçada nas páginas da imprensa oposicionista. Naseaseno dos Santos foi categórico ao afirmar que os sindicatos amapaenses não haviam sido cooptados pelo PTB, pois “os sindicatos não são instrumentos de política partidária nem [devem] servir a nenhum [dos] partidos; os partidos é que devem servir aos sindicatos fazendo política de acordo com as reivindicações [sic.] e os anseios dos trabalhadores”.<sup>48</sup> Para esse presidente sindical, o alinhamento dos sindicatos com o PTB era sim o resultado da percepção de que ambos tinham interesses comuns.

45 DELGADO, Lucília de Almeida Neves. “Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 139-150.

46 Entrevista com Amaury Guimarães Farias, anteriormente citada.

47 FARIAS, Amaury. *Meus momentos políticos*. Macapá: [produção independente], [s.d.], p. 70.

48 SANTOS, Altino Naseaseno dos. [seção:] Coluna sindicalista. *O Combatente*, Macapá, 6 mar. 1959, p. 3.

Interesses que se opunham aos do governo janarista, uma vez que este estava organicamente vinculado às classes proprietárias.

O *Combatente* ocupou-se de várias questões que perturbavam tanto os petebistas quanto os sindicalistas, como a insegurança alimentar – algo vivido de forma mais dramática pela classe trabalhadora. Tal periódico, no entanto, teve uma curta duração: lançou apenas quatro números. Isto porque alguns dos redatores começaram a publicar artigos que comentavam aspectos escandalosos da vida pessoal de membros da situação.<sup>49</sup> Comentários desairosos que desagradaram a vários petebistas, os quais, por fim, decidiram fechar o jornal.<sup>50</sup> Ciosos em relação à reputação do seu grupo político, os petebistas resolveram criar um aparelho de imprensa próprio, para que tivessem maior controle sobre os meios de divulgação de suas ideias. Em 3 de junho de 1959, fundaram a Empresa Gráfica Amapaense S.A., cuja diretoria ficou assim composta: Alfredo Távora Gonsalves, diretor presidente; Raimundo Nonato Maia, tesoureiro; e Amaury Guimarães Farias, diretor comercial.<sup>51</sup> Essa empresa passou a produzir o novo jornal da oposição: a *Folha do Povo*.<sup>52</sup>

O jornal *Folha do Povo* ajudou na consolidação e divulgação da agenda comum de sindicatos e petebistas. O tema da fome apareceu em muitos dos 221 números deste semanário, que foram publicados entre 1959 e 1964. A COAP foi alvo de muitas críticas ao longo destes anos.<sup>53</sup> As charges do líder petebista Mário

49 Ver: O boi da cara preta. *O Combatente*, Macapá, 12 mar. 1959, p. 2; e Reportagem de bolso [seção]. *O Combatente*, Macapá, 12 mar. 1959, p. 4.

50 A respeito d'O *Combatente* Amaury Farias escreveu: “Foi um sucesso seu lançamento. 500 exemplares, e nenhum sobrou. Foram esgotados imediatamente, mas o quarto número, Ah! O 4º número!?!... O Crispo [destacado petebista], apesar de ser irmão de Lula [jornalista e um dos idealizadores do jornal], não se tinha conhecimento de suas qualidades jornalísticas e nem o real motivo que o fizera sair do Acre – pois de lá, na verdade, veio corrido por atacar a integridade moral de seus adversários, com ofensas seríssimas contra suas famílias. E o 4º número nos surpreendeu com um artigo grotesco intitulado ‘Boi da Cara Preta’, cuja autoria não nos foi possível detectar por que a responsabilidade redacional era exclusiva do Lula. Isso não era e nem estava em nossos planos o ataque a qualquer família. Só havia uma solução: acabar com ‘O Combatente’” (FARIAS, Amaury. *Meus momentos políticos*, p. 72).

51 Empresa Gráfica Amapaense S. A. Brasil. *Livro de Atas: Assembleias Gerais*. Macapá: EGA, 1959, p. 4-5.

52 Este jornal sobreviveu às duas grandes rupturas da história do PTB amapaense. O alinhamento dos principais líderes locais do trabalhismo com a ala radical do partido em âmbito nacional e a recusa destes mesmos líderes de acompanhar a direção geral do partido nas alianças estratégicas com o PSD são fatores que ajudam a compreender tais rupturas. Outro fator importante para o entendimento dessas crises é a absoluta falta de confiança entre petebistas e pessedistas, no Amapá. Em junho de 1959, Mário Ramos – pressionado por Pauxy, que para tanto usou um processo criminal no qual o líder petebista figurava como réu – passou a tentar forçar uma aproximação entre PTB e governo. Depois de seguidos insucessos (nos ataques a Dalton Lima e na tentativa de colocar o partido sob a intervenção do diretório nacional), Ramos retirou-se do PTB e passou a apoiar os janaristas. Na campanha presidencial de 1960, ele apoiou Henrique Teixeira Lott, candidato pela coligação PTB-PSD, enquanto seus antigos correligionários apoiaram Jânio Quadros (do Partido Democrata Cristão, PDC). A vitória de Jânio e Jango criou a possibilidade dos trabalhistas terem mais espaço na administração pública amapaense. No início de 1961, Pauxy deixou o governo. O pernambucano José Francisco de Moura Cavalcante tornou-se o novo governador do Território. Moura Cavalcante trouxe consigo vários colaboradores, que foram abrigados no primeiro e no segundo escalão da gestão governamental. Mas, a renúncia de Jânio Quadros e a posse de Jango (em 07 de setembro do mesmo 1961) provocariam nova alteração no governo territorial. Fragilizado politicamente, Goulart buscou com muito afincado aliançar PTB e PSD. No final de outubro de 1961, Raul Montero Valdez – que havia sido secretário geral no governo de Janary Nunes – foi nomeado governador do Amapá. Aliado do deputado pessedista Amílcar Pereira, Montero Valdez manteve distância dos janaristas. Para tentar recuperar o poder de interferir no aparelho administrativo territorial, Janary Nunes buscou o apoio de seus adversários tradicionais para sua candidatura a deputado federal. Os petebistas se dividiram. Líderes de grande prestígio como Dalton Lima, Altino Naseaseno e Mário Barata aceitaram apoiar Janary em troca da promessa verbal de que um deles (Dalton) seria o próximo governador. O grupo liderado por Alfredo Gonsalves e Amaury Farias negou-se a aceitar o acordo, posto que o ex-governador recusara-se a assinar um protocolo de intenções. Assim, no início de 1962, o PTB foi cindido e oficialmente apoiou a reeleição de Amílcar Pereira. Janary venceu e indicou para o governo do Amapá o coronel Terêncio Porto.

53 Por exemplo: A carne e o pobre. *Folha do Povo*, Macapá, 10 jan. 1960, p. 3; A COAP e a Semana Santa. *Folha do Povo*, Macapá, 17 abr. 1960, p. 8; Carne e COAP. *Folha do Povo*, Macapá, 24 nov. 1960, p. 3; Canoeiros não obedecem COAP. *Folha do Povo*, Macapá, 25 dez. 1960, p. 4; Astronomia ao alcance de todos. *Folha do*

Barata ridicularizavam o trabalho desta Comissão e indicavam haver um conluio entre ela e os comerciantes locais, em prol da escalada dos preços.<sup>54</sup> A questão da insegurança alimentar em Macapá era abordada à luz de dois problemas: a distância física e a distância social dos alimentos. A primeira distância dizia respeito às dificuldades enfrentadas para abastecer a capital com os gêneros necessários à sobrevivência da população. A segunda chamava a atenção do leitor para os efeitos da carestia. Os preços altos faziam com que gêneros fisicamente próximos se tornassem socialmente distantes do trabalhador com baixa remuneração. Desse modo, enquanto as deficiências nos processos de abastecimento afetavam toda a sociedade macapaense, as altas dos preços atingiam crucialmente os empobrecidos.

Segundo os articulistas da *Folha do Povo*, as deficiências existentes no abastecimento do mercado macapaense eram resultantes, entre outros fatores, da falta de um efetivo fomento à produção agropecuária no Território Federal do Amapá. Em julho de 1959, um articulista comentou que, desde 1953, o ano da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), o governo territorial já havia recebido “uns bons milhões de cruzeiros” para investir no estabelecimento das colônias e dos núcleos agrícolas do Amapá. E ressaltou: “Os COBRES foram recebidos e os estabelecimentos, na sua maioria, estão em completo abandono [...]”.<sup>55</sup> Outro entrave apontado era o problema da falta de eficientes meios de escoamento da produção dos núcleos produtores para os maiores centros de consumo (especialmente Macapá). Comentando uma viagem que o governador Pauxy Nunes fizera ao interior do Amapá, um articulista afirmou: “Em todos os lugares onde o Sr. governador parou para auscultar o povo, ouviu os brados angustiosos da população da margem da estrada que clama por uma linha regular de transporte”. E mais: “Urge, sem falta, estabelecer uma linha de transporte semanal ou bimensal ligando Macapá a esses centros produtores e a [o município de] Amapá”.<sup>56</sup>

No editorial do número 78 desse jornal encontramos um balanço dos problemas relativos ao abastecimento. A completa dependência do Território Federal do Amapá em relação à importação de gêneros alimentícios foi aí apresentada como um desdobramento da incipiência da agricultura local, da inexistência de prósperas colônias agrícolas e do desvio do gado criado nas fazendas amapaenses para a Guiana Francesa. E o autor questiona: “E o governo o que faz? Nada!”.<sup>57</sup> Esta é uma síntese da avaliação que os trabalhistas faziam da situação do abastecimento de víveres no Amapá. A negligência governamental em relação ao fomento da produção e a conseqüente dependência do Território em relação aos produtores externos eram os componentes básicos do diagnóstico em torno do problema do provimento de alimentos para os macapaenses.<sup>58</sup> O texto também aponta para a condescendência governamental em relação ao escoamento da carne bovina para Caiena, em detrimento da praça de Macapá. A *Folha do Povo* noticiou que, em dezembro de 1960, Pauxy Nunes estivera reunido

*Povo*, Macapá, 20 out. 1963, p. 3.

54 Ver: COAP bambosilvando. *Folha do Povo*, Macapá, 17 jun. 1959, p. 1; e Guia de cego seca a bolsa do povo. *Folha do Povo*, Macapá, 25 jun. 1959, p. 1.

55 Bom dia Sr. Pauxy. *Folha do Povo*, Macapá, 18 jul. 1959, p. 1.

56 Regressou... *Folha do Povo*, Macapá, 15 nov. 1959, p. 1.

57 Os dias se aproximam... *Folha do Povo*, Macapá, 24 nov. 1960, p. 1.

58 Ver também: Alimentação, energia e transporte. *Folha do Povo*, Macapá, 22 nov. 1959, p. 1; GONSALVES, Alfredo Távora. Tíhamos carradas de razão... *Folha do Povo*, Macapá, 24 fev. 1963, p. 6; Fome: a vedete do momento. *Folha do Povo*, Macapá, 19 maio 1963, p. 4; e Desfile da “faltura”. *Folha do Povo*, Macapá, 22 set. 1963, p. 4.

com ricos fazendeiros do município de Amapá, ocasião em que o governador pediu a estes que o ajudassem a resolver o problema do “tráfico” de carne para Guiana Francesa. Pauxy teria feito isto – pedir aos próprios comerciantes que resolvessem o problema – uma vez que “não queria e nem podia tomar uma resolução drástica, pois iria ferir de perto as forças políticas do PSD”.<sup>59</sup> Ao argumentar que parte do *deficit* de abastecimento era resultado da solidariedade existente entre governo e grandes proprietários rurais, os petebistas apontavam para a necessidade da formação de uma aliança dos grupos não hegemônicos.

A questão da carestia ocupava um lugar central na agenda de trabalhadores e trabalhistas. Os aumentos no preço da carne eram apresentados como medidas necessárias para solucionar o *deficit* no abastecimento deste produto. Os representantes da COAP argumentavam que os preços aumentados inibiriam o desvio da carne para o exterior, pois o mercado interno ficaria mais atraente. Contudo, em agosto de 1959, afirmava a *Folha do Povo*: “Os fazendeiros enricam e o povo continua sem carne”.<sup>60</sup> Em janeiro de 1960, este jornal denunciava que o filé (consumido pelos mais endinheirados) tinha aumentado 14%, “ao passo que para o operário, para o pobre, para aqueles que de sol a sol trabalham para o sustento do lar foram agraciados com 48% na carne de 2<sup>a</sup>”.<sup>61</sup> Portanto, a avaliação dos dilemas alimentares era feita a partir do gradiente dos antagonismos entre as classes. Ao investir na polarização de exploradores e explorados, os petebistas pretendiam desmoralizar as propostas de conciliação de interesses feitas pelos grupos conservadores (classe dirigente, proprietários rurais, empresários, comerciantes e setores eclesiásticos).

Além de dar ênfase ao choque de interesses entre as classes sociais, a *Folha do Povo* destacava as contradições existentes entre governo e “povo” (como se referia aos mais pobres). Recorrentemente, o jornal contrastava a fome popular com as lutas festas que Pauxy costumava promover.<sup>62</sup> Em maio de 1960, o periódico denunciava: “Enquanto o senhor Pauxy Nunes gozava a delícia dos bons hotéis no Rio, Brasília e Belém, o povo de Macapá apertava a cintura, para evitar que suas barrigas encham de ar”.<sup>63</sup> Em agosto, a *Folha* chamava atenção para o salto no preço do quilo da carne de Cr\$ 70,00 para Cr\$ 100,00 e afirmava que acompanharia o governo, ou seja, votaria em Lott para presidente, “só quem quiser morrer de fome”.<sup>64</sup> Em fevereiro de 1964 — quando a carne de primeira custava Cr\$ 520,00 e a de segunda Cr\$ 460,00 — o semanário sentenciava: “O governo é único responsável pelo problema do abastecimento”.<sup>65</sup> As suas páginas também abrigavam – especialmente na seção “O povo reclama” – as queixas dos leitores em relação ao constante aumento do custo de víveres e às vendas destes com preços abusivos (acima do valor tabelado).<sup>66</sup>

O galopante aumento do custo de vida fazia com que os sindicatos

59 O povo reclama [seção]. *Folha do Povo*, Macapá, 12 fev. 1961, p. 2.

60 O povo morre de fome. *Folha do Povo*, Macapá, 30 ago. 1959, p. 2. Ver também: Cadeia para os tubarões. *Folha do Povo*, Macapá, 6 mar. 1960, p. 2; e Governo de fome. *Folha do Povo*, Macapá, 31 jul. 1960, p. 4.

61 A carne e o pobre. *Folha do Povo*, Macapá, 10 jan. 1960, p. 3.

62 Em julho de 1960, o periódico apresentou os seguintes versos: “O paraense, tem a fama/ de ser, o papa chibé/ ficaremos com esse título/ se o Pauxy não der no pé”. E mais: “Ele, nos castiga, com fome/ nesta terra gloriosa/ esbanjou muito dinheiro/ na vacaria do Barboza” (Vozes da rua. *Folha do Povo*, Macapá, 3 de julho de 1960, p. 3). No mesmo número lemos o seguinte texto: A fome e a festa. *Folha do Povo*, Macapá, 3 jul. 1960, p. 4.

63 Fome... *Folha do Povo*, Macapá, 22 maio 1960, p. 3.

64 Várias vezes... *Folha do Povo*, Macapá, 7 ago. 1960, p. 2.

65 O governo aprova o assalto à bolsa do povo. *Folha do Povo*, Macapá, 16 fev. 1964, p. 1.

66 Por exemplo: O povo reclama [seção]. *Folha do Povo*, Macapá, 20 abr. 1961, p. 3; O povo reclama [seção]. *Folha do Povo*, Macapá, 21 out. 1962, p. 2; e O povo reclama [seção]. *Folha do Povo*, Macapá, 12 jan. 1964, p. 2.

pressionassem governo e patrões, em âmbito local e nacional. No ano de 1959, o sindicalista Jorge Fernandes Ribeiro afirmava: “As greves, as convenções, os congressos em que são aprovadas moções, planos, que são submetidos ao governo, a fim de deter o alto custo de vida já se tornou uma realidade comprovada”. Segundo Ribeiro, os capitalistas afirmavam que a espiral da carestia era decorrente do aumento dos salários, o que ele refutava, asseverando que “se os patrões aumentam o preço da mercadoria, lógico que o trabalhador solicita aumento de salário”.<sup>67</sup> Como fora antes observado, no Amapá, os sindicatos também criaram linhas de ação para enfrentar este problema. A indiferença governamental diante dos vários apelos da classe trabalhadora foi um importante fator da aproximação entre sindicalistas e oposição.<sup>68</sup>

Outra questão que compunha a pauta comum de petebistas e sindicatos e que figurava nas páginas da *Folha do Povo* era a precariedade dos serviços urbanos nas áreas periféricas da capital do Amapá. Neste atinente, muitas reclamações povoavam as páginas desse periódico. Reclamações de pontes caindo nas baixadas, de lixo se avolumando nas beiras de rua, de água suja chegando às torneiras, de água que nem suja nem limpa chegava... Um rosário de queixas populares destinadas a chamar a atenção do governo para as necessidades prementes das áreas suburbanas de Macapá. Nos textos dos articulistas petebistas, as queixas transmutavam-se em denúncias. O deficiente abastecimento de água na capital, por exemplo, era apresentado como sendo “a prova mais eloquente e mais triste da incapacidade dum governo” que recebera para a ampliação deste serviço “verbas e mais verbas”. O problema do curto alcance da rede de energia elétrica da cidade era igualmente reputado como resultado do mau governo, pois “com o emprego de alguns milhões de cruzeiros dos muitos que são desbaratados à toa, estaria resolvido o problema da energia em Macapá, por 5 ou 10 anos”. Assim, a conclusão era a seguinte: “O que está faltando ao governo do Amapá não é dinheiro, é outra coisa que os nossos leitores já devem saber o que é”.

A denúncia da negligência governamental em relação ao fato de que populosas áreas suburbanas continuavam desassistidas no tocante aos serviços urbanos básicos reforçava o argumento de que os janaristas estavam mais preocupados com as necessidades dos seus apaniguados (as classes proprietárias e dirigentes) do que com o “povo”. Os problemas vivenciados pelos trabalhadores dentro do mundo do trabalho também encontravam abrigo nas páginas da *Folha do Povo*. Das frentes de trabalho da Icomi vinham várias reclamações. Em julho de 1960, trabalhadores da turma de conservação da estrada de ferro usaram a *Folha* para protestar contra maus tratos e perseguições que dois de seus chefes vinham impondo-lhes. Em janeiro do mesmo ano já havia sido noticiado protesto idêntico, pelos trabalhadores da área do porto de Santana.<sup>69</sup> Em março de 1961, esse jornal relatava: “Vários trabalhadores de Terezinha (perímetro de extração do manganês) mandaram queixa contra o Jurandir. Dizem que é arbitrário e não reconhece a situação dos operários obrigando-os a trabalhar horas de serviço a fio sem remuneração e quando se recusam são postos sem direito para passear no tempo (ou seja: são demitidos)”.<sup>70</sup> Por meio da *Folha do Povo*, ganhou fama um

67 Coluna sindical [seção]. *Folha do Povo*, Macapá, 28 maio 1959, p. 2.

68 Na raiz da carestia. *Folha do Povo*, Macapá, 25 jun. 1959, p. 2.

69 O povo reclama [seção]. *Folha do Povo*, Macapá, 24 jul. 1960, p. 2.

70 O povo reclama [seção]. *Folha do Povo*, Macapá, 24 mar. 1961, p. 2. Ver também: O povo reclama [seção]. *Folha do Povo*, Macapá, 27 ago. 1961, p. 3; O povo reclama [seção]. *Folha do Povo*, Macapá, 10 set. 1961, p. 2; O povo reclama [seção]. *Folha do Povo*, Macapá, 17 set. 1961, p. 3; O povo reclama [seção]. *Folha do Povo*, Macapá, 12 nov. 1961, p. 4; O povo reclama [seção]. *Folha do Povo*, Macapá, 18 jan. 1962, p. 4.

chefe apelidado de “Câmara de gás”. Em fevereiro de 1961, ele era chamado de “o celeberrimo Câmara de gás de Santana” e de “inimigo gratuito dos trabalhadores e dos funcionários” da Icomi.<sup>71</sup> Em junho daquele ano, o jornal parabenizou os operários icomianos de Santana porque o “Câmara de gás” – que tantos maus tratos praticara – estava deixando a companhia.<sup>72</sup>

Do Paredão também vinham reclamações dos construtores da usina hidrelétrica. Em 20 de abril de 1961, a *Folha* publicou que os trabalhadores da Techint – empresa responsável por esta obra – exigiam melhor transporte para suas baixadas (ida da área de trabalho para suas casas), pois, na última, “chegaram em Macapá, sujos, lambuzados, como se tivessem saído dum poço de lama”.<sup>73</sup> E em 7 de janeiro de 1962, esse jornal trouxe como matéria de capa a greve havida no Paredão, em decorrência dos maus tratos sofridos pelos trabalhadores. O pivô da truculência exercida contra estes operários era “Cachorro magro”, chefe de produção da Techint. O estopim da greve ocorreu quando “Cachorro magro” determinou a todos que largassem o trabalho somente dez minutos depois da hora regulamentada.<sup>74</sup> Poucos meses depois, vinha outra notícia: “Em nossa redação compareceram vários empregados da Techint reclamando da administração providências no sentido de coibir os abusos que vêm sendo cometidos pelo chefe de manutenção, um estrangeiro que maltrata os empregados xingando-os e ameaçando-os até de agressão”. E em seguida: “Temem os empregados consequências desagradáveis, pois violência gera violência”.<sup>75</sup>

Ao dar ressonância às demandas dos grupos subalternos por meio das páginas da *Folha do Povo*, o PTB do Amapá reforçava sua aliança com os sindicatos. Se, por um lado, quase todas estas entidades surgiram sob a tutela do governo; por outro, várias delas não ficaram assim por muito tempo. Percebendo tal afastamento, os janaristas fizeram diversos movimentos para trazê-las de volta à sua órbita. Em junho de 1960, a *Folha* noticiou que o governo vinha interferindo de diversos modos nos sindicatos, a fim de enfraquecer os grupos que simpatizavam com a oposição. No Sindicato de Indústrias Extrativas o governo havia expulsado 35 sindicalizados, dentre os quais vários membros do PTB. No Sindicato de Construção Civil, havia reconduzido “Chico Diabo” à presidência “para expulsar todos aqueles que fossem contrários a política governamental e que tivessem se levantado contra o abuso que o Chico Diabo estava fazendo”.<sup>76</sup> O jornal, por seu lado, seguiu fazendo oposição a este líder sindical, denunciando várias irregularidades e crimes cometidos durante a sua gestão.<sup>77</sup>

Associações como a dos professores também se tornaram um campo de disputas entre situação e oposição. No início de 1964, o governador janarista Terêncio Porto e seus apoiadores fizeram uma série de movimentos com o objetivo de desmoralizar a presidente dessa entidade, Deusolina Farias, que era membro do PTB e esposa de Amaury Farias. Primeiro, o governo negou-se a dar qualquer tipo de apoio para que o IV Congresso Nacional de Professores ocorresse em Macapá.<sup>78</sup> Em seguida, simpatizantes de Porto tentaram persuadir os professores a desistir

71 Câmara de gás novamente em ação. *Folha do Povo*, Macapá, 12 fev. 1961, p. 3.

72 Ver: Parabéns. *Folha do Povo*, Macapá, 25 jun. 1961, p. 1; Ineditoriais. *Folha do Povo*, Macapá, 25 jun. 1961, p. 4; e Tribunal do Trabalho lava a honra de um operário – Dalton defendeu. *Folha do Povo*, Macapá, 15 out. 1961, p. 1.

73 O povo reclama [seção]. *Folha do Povo*, Macapá, 20 abril 1961, p. 3.

74 O povo reclama [seção]. *Folha do Povo*, Macapá, 7 jan. 1962, p. 1.

75 O povo reclama [seção]. *Folha do Povo*, Macapá, 20 maio 1962, p. 3.

76 Lesado o sindicato. *Folha do Povo*, Macapá, 19 jun. 1960, p. 1.

77 Chico Diabo emite cheque sem fundos. *Folha do Povo*, Macapá, 11 maio 1961, p. 1.

78 Sucesso absoluto o VI Congresso de Professores. *Folha do Povo*, Macapá, 12 jan. 1964, p. 4.

de ir ao Congresso, que ocorreria em Belém.<sup>79</sup> Por fim, “penetras” com prestígio e dinheiro empenharam-se no sentido de desmoralizar aquela presidente durante o Congresso. Mas, de balde foi esse esforço, pois Deusolina Farias foi eleita, durante este evento, vice-presidente da Confederação Nacional dos Professores Primários.<sup>80</sup> Em março de 1964, a *Folha* denunciava a ação de “agitadores oficiais” no sentido de sustar o escrutínio que certamente iria reeleger Deusolina como presidente da Associação dos Professores Primários do Amapá. O periódico denunciava que alguns professores estavam sendo ameaçados e perseguidos, enquanto outros eram seduzidos com vantagens prometidas pelos referidos “agitadores oficiais”.<sup>81</sup>

Apesar das investidas dos janaristas, trabalhadores vinculados ao PTB mantiveram-se por médios e longos períodos na presidência de grandes sindicatos. Jorge Ribeiro foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria entre 1960 e 1962. Era também um dos articulistas do jornal *Folha do Povo*, onde mantinha seções ligadas ao movimento sindical local e nacional. Por exemplo, em novembro de 1960, denunciava que o fantasma da fome e da miséria dirigia-se aos lares, enquanto o governo “facilita(va) criminosamente o enriquecimento de comerciantes inescrupulosos”. E comentava que ferroviários, marítimos e portuários – assim como trabalhadores de outras categorias – reclamavam melhores salários, “não temendo as ameaças dos Juscelinos, dos Falcões e de tantos outros que possibilitam a crise econômica e o desgaste de um povo às portas do abismo”.<sup>82</sup> Em seus artigos, aqui e ali, Ribeiro esboçava uma simpatia em relação ao comunismo, que nesse período era um tabu. A este respeito, Alfredo Távora Gonsalves relatou-nos em entrevista o seguinte: “Nós tivemos nas nossas fileiras do PTB muitos dos presidentes desses sindicatos [...]. Esses presidentes de sindicatos tinham sempre certa tendência comunista (ideologia comunista). Mas, não havia movimento doutrinário... Eram tendências”. E lembrou: “Teve um presidente do sindicato da Icomi, Altino Naseaseno, que se proclamava comunista. Teve o sindicato dos padeiros, cujo presidente também se proclamava comunista”.<sup>83</sup>

Altino Naseaseno foi o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Minérios do Amapá. Naseaseno foi igualmente uma liderança dentro do PTB. Chegou a presidir a diretoria deste partido. Foi alvo de duras críticas escritas por Jorge Ribeiro e publicadas na *Folha do Povo*. Tais críticas indicam que os opositores do janarismo nem sempre estavam coesos. Para Naseaseno, presidir o “sindicato da Icomi” estava muito longe de ser algo simples. Primeiramente, pelo grande número de operários que a entidade abrigava. E também porque, segundo Amaury Farias, Janary Nunes era “amigo de um dos donos da empresa”.<sup>84</sup> Em entrevista, Farias disse-nos o seguinte: “A Icomi, só empregava gente que o governo aprovava. A pessoa dizia: ‘Não, vou trabalhar na Icomi, porque lá é uma companhia particular e eu tenho minha vida livre’; mas, se

79 Congresso toma vulto em Belém. *Folha do Povo*, Macapá, 1 jan. 1964, p. 3.

80 Profª. Deusolina Farias eleita Vice Presidente da Confederação Nacional dos Professores Primários. *Folha do Povo*, Macapá, 19 jan. 1964, p. 1 e 4.

81 Agitadores oficiais coagem professores. *Folha do Povo*, Macapá, 15 mar. 1964, p. 4. Na seção “Croniqueta de Macapá”, o jornal *A Voz Católica* apresentou, também em março de 1964, o seguinte comentário: “Há um movimento de caráter político, objetivando o afastamento da professora Deusolina Farias da posição de dirigente da Associação de Professores Primários do Amapá. Seria bom que a política partidária não afetasse a vida da entidade, nem influenciasse o comportamento dos líderes de classe. A política para os políticos deve ser a legenda” (Croniqueta de Macapá [seção]. *A Voz Católica*, Macapá, 8 mar. 1964, p. 4).

82 RIBEIRO, Jorge. Coluna sindical [seção]. *Folha do Povo*, Macapá, 24 nov. 1960, p. 1 e 3.

83 Entrevista realizada com Alfredo Távora Gonsalves, anteriormente citada.

84 FARIAS, Amaury Guimarães. *Meus momentos políticos*, p. 44.

o governo do Amapá não quisesse, ele não tinha emprego lá”.<sup>85</sup> Por outro lado, os petebistas assiduamente apresentavam nas páginas da *Folha* críticas mordazes a essa mineradora. Tomavam tal empresa como uma testa de ferro da multinacional Bethlehem Steel<sup>86</sup> e o contrato da exploração do manganês como uma prova do entreguismo janarista. Em maio de 1960, o periódico noticiava que a Icomi havia declarado guerra ao PTB do Amapá, pois demitira abruptamente o operário Maud Mendes Monteiro porque este havia se tornado membro da diretoria daquele partido. E mais: o jornal denunciava que a empresa tinha feito isto para agradar Pauxy Nunes e que ela já vinha demitindo eleitores simpatizantes do PTB, desde a eleição de 1958.<sup>87</sup>

Amigo de Naseaseno, Raimundo Pereira Duarte também aliava liderança sindical com militância partidária. Ele presidiu o Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estivas de Minério e fundou o Sindicato dos Arrumadores. Era admirado e prestigiado entre seus camaradas. Parte desse prestígio vinha de sua valentia. Em entrevista, Raimundo Duarte disse-nos que era mesmo valente e por isso era apelidado de “Travanca”. E acrescentou: “Nunca bebi, nunca fumei, mas nunca levei desaforo para casa”.<sup>88</sup> Como outros estudos têm demonstrado, a valentia era algo especialmente estimado entre os estivadores.<sup>89</sup> A camaradagem, nesse caso, revestia-se de um espírito aguerrido: “Não mexesse com o estivador, pois todo mundo era contra o cara que mexesse”, relatou-nos Raimundo Duarte, que também era apelidado de “Periquito”.<sup>90</sup> Ele lembrou que a relação dele com

85 Entrevista realizada com Amaury Guimarães Farias, anteriormente citada.

86 Segundo José Drummond e Mariângela Pereira, “a enorme [empresa estadunidense] Bethlehem Steel atuava havia décadas na mineração de ferro e manganês e na siderurgia; era a maior consumidora mundial de manganês para fins siderúrgicos” (DRUMMOND, José Augusto e PEREIRA, Mariângela de Araújo Póvoas. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007, p. 130).

87 A ICOMI declara guerra ao PTB. *Folha do Povo*, Macapá, 1 maio 1960, p. 1.

88 Ele também nos contou que tivera um desentendimento com o governador Terêncio Porto, por causa de um atraso de 48 horas no pagamento da estiva: “Com 24 horas tinha que receber para pagar a estiva. Recebia o total, mas a folha era separada no sindicato. Normal: não existia esse negócio de meter a mão no dinheiro do estivador. Então eu fui receber. Estava já com 48 horas. Cheguei lá e o chefe de gabinete era um rapaz chamado Aristeu. Eu cheguei lá com o governador e disse: ‘Excelência, essa folha aqui está com 48 horas e a estiva está reclamando. Não pode passar de 24 horas para pagar’. Ele levantou, olhou para mim e disse: ‘Sabe de uma coisa, os estivadores são um bocado de safados e você é o mais safado porque é o presidente deles’. Se fosse você o que é que fazia? Não sabe? Eu disse: ‘O que você está falando?’. E ele: ‘Você é o mais safado porque é o presidente deles’ [...]. Dei-lhe um murro em cima da boca, e espoquei a boca dele [...]. E ele gritou para o Aristeu: ‘Aristeu pega esse homem!’. E o Aristeu disse: ‘Eu não posso prender ele, ele tem imunidade, pois é presidente de um sindicato e eleito. Só quem pode mandar prender ele é a Justiça’. Aí, eu desci e fui embora para o sindicato. Cheguei à sede do sindicato (que era por aqui assim... [indicando ser perto de sua atual residência] e convoquei uma assembleia geral e contei para os estivadores tudo o que havia acontecido e todo mundo me apoiou. Aí, vem aquela guerra contra o socialismo e o comunismo. Lembra? E sabe o que ele [o governador] fez? Naquele tempo quem falava no comunismo era preso imediatamente. Ele me taxou de comunista e mandou me prender [...]. Ele me prendeu e me mandou para o [presídio] São José. Cheguei ao São José não me aceitaram porque eu tinha imunidade, pois eu era presidente de sindicato, e fui para a 5ª Companhia. Tudo em Belém. Quando eu cheguei na 5ª Companhia, acompanhado com um soldado com uma metralhadora, o tenente disse ao soldado: ‘Se afasta e arria essa metralhadora!’. E então o major disse: ‘Mas, ele é comunista’. E o tenente respondeu: ‘Ele não tem nada de comunista. O senhor sabe major que eu sou 1º tenente e sou agente secreto do governo federal. Eu passei 30 dias trabalhando com ele na estiva, sem ele saber quem eu era, como suplente de estivador. E ele não tem nada de comunista. O que ele é [na verdade], é muito violento. Não bebe, não fuma, mas não leva desaforo para casa’ (Entrevista com Raimundo Pereira Duarte, realizada no dia 29 de agosto de 2012, na residência do entrevistado).

89 SILVA, Fernando Teixeira da. “Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos”. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; e FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas-SP: Unicamp, 2004, p. 205-245.

90 Na entrevista já citada, Raimundo Duarte explicou a origem desse apelido: “Eu sempre usei terno. Então eu chegava à Alfaiataria Pinto e mandava fazer muita roupa... Mandava fazer terno verde. Naquele tempo tinha tudo quanto era tipo de fazenda [...]. E eu mandava fazer terno e tudo era de cor. Eu só nunca usei

os governadores não era nada amistosa: “Eu fui muito perseguido rapaz... Muito. Muito perseguido pelos governos, no sindicato”. Em 2010, a respeito dele, Alfredo Távora Gonsalves fez o seguinte comentário: “Há poucos dias completava 90 anos Raimundo Pereira Duarte. Foi ele o grande iniciador e incentivador do movimento sindical no Amapá”. E prosseguiu: “Durante muito tempo presidiu o Sindicato dos Estivadores e dos Arrumadores, conseguindo conscientizar e mobilizar os trabalhadores da sua área e, por conseguinte, de outros setores, para garantir os seus direitos”.<sup>91</sup>

Em agosto de 1962, quando se aproximava a eleição para deputado federal na qual concorriam Janary Nunes e Amilcar Pereira, o jornal janarista *Mensagem do Amapá* publicou o artigo “Estivadores protestam contra presidente: perseguição”. O objetivo do texto era desmoralizar Raimundo Duarte e, assim, desmotivar os que pretendiam acompanhá-lo no voto a Amilcar. No dia 30 de setembro daquele mesmo ano, 37 estivadores publicaram na *Folha do Povo* um abaixo assinado para rebater as críticas publicadas no jornal *Mensagem* e para manifestar franco apoio àquele líder sindical. Escreveram os estivadores: “Nosso Presidente – Raimundo Pereira Duarte-Periquito merece de todos nós integral apoio e profundo respeito, merecedor que é da nossa confiança e tem se empenhado sempre na luta pela defesa dos nossos direitos e reivindicações”.<sup>92</sup> Um ano depois, a *Mensagem do Amapá* novamente publicava acusações contra “Periquito”. Mas, desta vez é o próprio sindicalista quem escreve a réplica, que inicia com o arrebato que lhe era peculiar: “Felizmente (para ele) o autor do comentário não possui coragem para publicar seu nome”.<sup>93</sup> Malgrado toda a campanha difamatória dos janaristas, no dia 15 de setembro de 1963, pela terceira vez consecutiva, Raimundo Duarte era empossado presidente do Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estivas de Minério.<sup>94</sup>

A Federação dos Trabalhadores na Indústria no Amapá (FTIA) era outro campo de disputas entre grupos políticos divergentes. Esta entidade congregava representantes dos sindicatos de trabalhadores que atuavam nos ramos industriais. No interior dela, as lideranças sindicais disputavam posições de comando. Isso fica patente já no tortuoso processo de eleição da primeira diretoria da Federação, ocorrido em 1960. Jorge Ribeiro, presidente do sindicato dos padeiros denunciou, em outubro do mesmo ano, manobras que supostamente Altino Naseaseno estaria fazendo para vencer tal eleição.<sup>95</sup> Naseaseno elegeu-se presidente e permaneceu no cargo até o início de 1963. Atravessou sem grandes dificuldades o período em que os janaristas tiveram seu poder político fragilizado.<sup>96</sup> Tal hiato na hegemonia

---

roupa preta. E eu mandei fazer um terno verde. Peguei um navio (o Três de Outubro) – no porto de Belém – que ia para Val de Cãs. Naquele tempo a gente não andava nu como anda todo mundo agora. Tinha um jaquetão e tinha paletó. Tinha o colete. O homem usava um colete, uma camiseta, usava uma camisa, usava o paletó ou o jaquetão. Então cheguei a bordo do navio e tirei o paletó, coloquei na cadeira e fiquei lá. Um cara veio, pegou o paletó e jogou no chão e sentou na cadeira. E eu fui lá. Naquele tempo, eu não levava desaforo para casa. Basta dizer que meu apelido era “Travanca”. Aí eu meti a mão na cara dele e ele me pegou, me jogou, por cima do corrimão, dentro d’água. Eu meti o pé dele aqui e caímos os dois n’água. E eu saí. Um rapaz correu, me puxou e me botou no navio de novo. Então fiquei em pé, quando veio uma mocinha e disse: ‘Ah! De verde está agora parecendo um periquito molhado’. O periquito é verde. Chegou até hoje. Todo mundo, no navio mesmo: Ei ‘Periquito’, ei ‘Periquito’... E quando chegou lá [em Val de Cãs], a mesma coisa”.

91 GONSALVES, Alfredo Távora. *Folhas soltas do meu alfarrábio*: um livro para meus filhos. Brasília: Gravo Papers, 2010, p. 101.

92 Estivadores protestam. *Folha do Povo*, Macapá, 30 set. 1962, p. 3.

93 Esclarecimento. *Folha do Povo*, Macapá, 10 set. 1963, p. 2.

94 Estivadores: posse da nova diretoria sindical. *Folha do Povo*, Macapá, 29 set. 1963, p. 1.

95 Coluna sindical [seção]: As eleições sindicais e marmeladas a vista. *Folha do Povo*, Macapá, 27 out. 1960, p. 4.

96 Naquele período, ocupou também o cargo de presidente da COAP.

deste grupo ocorreu entre o início de 1961 – quando Pauxy Nunes foi substituído no governo pelo petebista José Francisco de Moura Cavalcante, que, poucos meses depois, teve que ceder o cargo a Raul Montero Valdez (que, então, negou-se a assumir compromissos políticos com Janary Nunes) – e começo de 1963, quando o ferrenho janarista Terêncio Porto tornou-se governador.

O coronel Terêncio Porto esforçou-se muito para colocar os movimentos sociais sob o seu controle. Nessa empreitada, utilizou fundamentalmente duas táticas: a intimidação de grupos não alinhados com o governo (PTB, movimentos grevistas, parte da imprensa, União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Amapá etc.) por meio de inquéritos policiais, processos administrativos e judiciais; e o apoio a aliados que tentavam obter posições de mando nas entidades classistas. No tocante à primeira tática, vários exemplos poderiam ser tomados das páginas da *Folha do Povo*.<sup>97</sup> Quanto à segunda, além do comentado caso da Associação dos Professores Primários do Amapá, podem ser destacadas as investidas do governador em relação à presidência da FTIA. Porto fez uma série de movimentos para remover Naseaseno da presidência desta Federação. A permanência desse líder em tal posição significava para o governador uma pernóstica supremacia dos petebistas dentro do movimento sindical amapaense. Em maio de 1963, numa carta enviada ao ministro do Trabalho, Altino Naseaseno denunciava: “Os políticos dominantes no Amapá, irmanado ao poderio econômico (referia-se à Icomi), tudo fazem para dividir os sindicatos do Amapá, fomentando brigas entre os seus dirigentes, com o firme propósito de extinguir as prerrogativas que os trabalhadores conquistaram para defesa de seus interesses profissionais”.<sup>98</sup>

Nesta mesma carta, Altino desmente que tivesse produzido um pedido de renúncia da presidência da FTIA. O documento apócrifo tinha o objetivo de gerar um mote para os líderes sindicais alinhados com o governo realizarem a substituição de Naseaseno. O golpe somente pôde ser bem sucedido porque a maioria dos líderes dos sindicatos-membros desta Federação aquiesceu.<sup>99</sup> O secretário Ildomar Peres Nunes<sup>100</sup> assumiu interinamente a presidência e colocou em discussão a cassação do presidente da FTIA “pela maioria da diretoria” e a verificação do vínculo empregatício do mesmo.<sup>101</sup> Esse segundo movimento objetivava pôr Naseaseno fora do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas e, conseqüentemente, no definitivo ostracismo.<sup>102</sup> De sua parte, o presidente pedia que o Ministério do Trabalho abrisse sindicância para “apurar a procedência do documento forjado que solicita(va) uma renúncia jamais pedida”. Porém, enquanto os dirigentes da Icomi viam aumentar a pressão dos seus operários por melhores salários (inclusive com ameaça de greve), o representante destes na Federação dos Trabalhadores na Indústria ficava aí ainda mais isolado.

O Sindicato dos Arrumadores e o Sindicato dos Estivadores eram aliados

97 Tais como: O governador Cel. Terêncio Porto... *Folha do Povo*, Macapá, 14 abr. 1963, p. 1; Minha prisão: um autêntico atribulário ato do governo. *Folha do Povo*, Macapá, 1 set. 1963, p. 1; Sala de imprensa inaugurada no Palácio. *Folha do Povo*, Macapá, 29 set. 1963, p. 3; Violência: preso incomunicável o ex-secretário geral do Território, Clóvis Teixeira. *Folha do Povo*, Macapá, 13 out. 1963, p. 1; GONSALVES, Alfredo Távora. Ao apagar das luzes... *Folha do Povo*, Macapá, 10 out. 1963, p. 4; GONSALVES, Alfredo Távora. “Folha do Povo”. *Folha do Povo*, Macapá, 27 out. 1963, p. 4; Juiz de Macapá concede mandado de segurança contra ato do governador Terêncio. *Folha do Povo*, Macapá, 25 dez. 1963, p. 1.

98 Altino: Não renunciei – Ministro do Trabalho manda abrir sindicância. *Folha do Povo*, Macapá, 12 maio 1963, p. 4.

99 Nova diretoria da Federação dos Trabalhadores em Indústria do Território. *Amapá*, Macapá, 8 maio 1963, p. 1.

100 Trabalhava no almoxarifado da CEA e era membro do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil.

101 Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Território Federal do Amapá. *Amapá*, Macapá, 9 mar. 1963, p. 5.

102 Para fazer pressão em prol do definitivo afastamento de Altino da presidência, vários presidentes propuseram que seus sindicatos se desligassem da FTIA.

dos petebistas e de Naseaseno. Todavia, eles não faziam parte da Federação, pois procuravam manter uma posição independente em relação às outras entidades sindicais. Quase todos os demais sindicatos assumiram, nesse momento, uma atitude colaboracionista para com o governo de Terêncio Porto. A articulação entre líderes sindicais e cúpula governamental para a derrubada de Naseaseno foi tecida pelo sindicalista Raimundo Araújo de Oliveira, conhecido como Raimundo Araújo, que era nisto orientado por Osvaldo Colares e Ubiracy Gentil Nunes, irmão do então deputado federal Janary Nunes. Em maio de 1964, em um depoimento dado durante inquérito policial, Raimundo Oliveira lembrou que no início do ano anterior vários presidentes de sindicatos recebiam de Ubiracy Nunes auxílios na forma de serviços. Lembrou também que diversas vezes o governador Terêncio Porto “utilizou os presidentes de sindicatos para prestarem declarações na polícia em sua defesa, sempre que era denunciado por desmandos às altas autoridades do país”.<sup>103</sup>

A intenção última desse movimento era dissolver a FTIA, por meio do desligamento dos sindicatos-membros. O passo seguinte seria a reunião dessas mesmas entidades em uma nova organização intersindical, sob o comando de Raimundo Oliveira. Esta organização era o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Enquanto as federações e confederações possuíam uma estrutura vertical (que apenas admitia sindicatos de um mesmo ramo), o CGT congregava trabalhadores das mais diversas categorias e sua cúpula contava com radicais de esquerda. Na Confederação Nacional dos Trabalhadores, o Comando era aliado do conselheiro Clodesmidt Riani, que, no Amapá, tinha em Ubiracy Gentil Nunes um apoiador. Em janeiro de 1964, Riani foi eleito presidente da Confederação. Em âmbito nacional, o Comando Geral dos Trabalhadores era um instrumento de aproximação entre sindicatos e o governo de Jango. Ao perceberem as grandes ambições de Raimundo Oliveira e se depararem com a proposta de fundação de uma seccional do CGT no Amapá, os membros da FTIA recuaram. Oliveira passou então a propor uma reestruturação da Federação com o claro intuito de passar a presidi-la. Este foi o momento em que o presidente Ildomar Peres Nunes pôs fim na amizade que tinha com Raimundo e prometeu devolver seu apoio a Naseaseno. O avanço do controle governamental sobre o movimento sindical amapaense encontrava seus limites.<sup>104</sup>

Para tentar demonstrar que não estivera contra o movimento civil-militar que resultara no Golpe de 1964, o coronel Terêncio Porto ordenou que fossem presos todos os suspeitos de práticas subversivas (propagação do comunismo). Líderes petebistas e presidentes de sindicatos – mesmo aqueles que haviam apoiado o governador em momentos adversos – foram presos. Porém, telegramas trocados no final de março daquele ano entre Porto e Janary Nunes, com claro conteúdo pró-Jango, tinham sido interceptados por militares pró-golpe. Além disso, os inquéritos instaurados depois do golpe apontaram que aquele governante havia avalizado várias manifestações públicas de apoio a Goulart. Portanto, o general Luiz Mendes da Silva assumiu o governo territorial percebendo os janaristas

103 Arquivo do Fórum da Comarca de Macapá. Caixa 279, processo nº 1588, de 3 de novembro de 1964, fl. 25. Eram esses presidentes: Eurico Alves de Souza, que, no ano 1962, substituindo o petebista Jorge Ribeiro, assumiu a frente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria; Calixto de Moraes Acácio, que desde 1960 presidia o Sindicato dos Marceneiros e Trabalhadores de Serrarias e Móveis de Madeira; Antonio Alexandre Gomes, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil; Antonio Lameira Pontes, do Sindicato das Indústrias Urbanas; Marcelino Ribeiro da Silva, do Sindicato dos Mecânicos e Metalúrgicos e Materiais Elétricos.

104 Arquivo do Fórum da Comarca de Macapá. Caixa 279, processo nº 1588, de 3 de novembro de 1964, fls. 17-27. Ver também: Desfazendo uma calúnia insidiosa contra o governo. *Amapá*, Macapá, 21 ago. 1963, p. 1.

como adversários do novo regime. Os antijanaristas foram chamados para serem auxiliares diretos do novo governo. Além disto, Mendes da Silva instaurou várias comissões sumárias, que se desdobraram em exonerações e prisões de membros do *staff* governamental. O PTB, como os demais partidos, deixou de existir. Os sindicatos sofreram intervenções e, assim, perderam a relativa autonomia que tinham. Neles e na FTIA foram empossadas juntas governativas. Em meados de 1964 deixou de existir também a *Folha do Povo*. Surgiu no Amapá uma nova correlação de forças sobre a qual pouco se escreveu. A partir de então, os trabalhadores, na luta contra o autoritarismo e a insegurança estrutural, passaram a buscar novos caminhos e brechas.

Se neste estudo valorizamos a experiência histórica dos trabalhadores, é porque entendemos que eles efetivamente alteraram o jogo de forças do qual a manutenção de uma dada hegemonia dependia. Reforçamos a tese de que no Brasil o espaço público reunia associações e sindicatos de trabalhadores que não raramente estabeleciam um diálogo com partidos de situação e de oposição numa situação de relativa autonomia.<sup>105</sup> No Amapá, como em outras partes do país, a criação e o fortalecimento de entidades de classe e as alianças destas com os partidos eram frequentemente estratégias utilizadas a fim de rechaçar as variadas formas de exploração socioeconômica e de assegurar o direito a uma cidade socialmente menos excludente.<sup>106</sup> Em outras palavras, essas iniciativas eram formas de luta contra a insegurança estrutural vivenciada dentro e fora dos espaços de trabalho.

<sup>105</sup> SILVA, Fernando Teixeira da; e NEGRO, Antonio Luigi. “Trabalhadores, Sindicatos e Política”. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Org.). *História do Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 47-96.

<sup>106</sup> Ao trazermos a lume essas experiências, evidenciamos quão infundadas são algumas imagens difundidas por parte da historiografia amapaense. Segundo Dorival Santos, “de modo geral, esta parca historiografia [amapaense] tem caracterizado as classes populares/subalternas como ordeiras e submissas”. SANTOS, Dorival da Costa dos. *O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação (1964-1974)*. (Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 2001, p. 18). Esta e outras imagens não encontram sustentação empírica nas fontes históricas que recentemente começaram a ser compulsadas e analisadas.

